

Parques nacionais e revolução social

Márcia Dieguez Leuzinger¹

¹Procuradora do Estado do Paraná; Mestre em Direito e Estado e Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília; professora de Direito Ambiental da graduação, do mestrado e do doutorado do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. E-mail: marcia.leuzinger@uol.com.br

Recebido em 22.10.2102

Aceito em 04.11.2012

RESENHA

WAKILD, Emily. *Revolutionary parks: conservation, social justice and Mexico's national park's, 1910-1940*. Tucson: The University of Arizona Press, 2011. Latin American Landscapes Series. Bibliografia, índice remissivo, mapas, fotos. ISBN: 9780816529575.

Este livro narra a origem dos parques nacionais no México, criados na esteira da primeira revolução social do século XX, iniciada em 1910. Praticamente todos foram criados em áreas habitadas por camponeses, nas terras altas do platô vulcânico, perto da Cidade do México. Por volta de 1940, esses parques somavam mais de 827.000 hectares de 14 Estados. Nesse momento o México tinha mais parques nacionais do que qualquer outro país.

O livro é baseado na tese de doutoramento de Emily Wakild, defendida na University of Arizona, em 2007. Atualmente, a autora é professora assistente de história latinoamericana na Boise State University, em Idaho, tendo trabalhado antes na Wake Forest University. Wakild pesquisa a história das políticas de conservação da natureza de diversos países latino-americanos.

A autora busca entender como os mexicanos tentaram unir proteção à natureza e “justiça ambiental”, no âmbito de uma radical revolução social, de forma inédita e até hoje única. Cientistas florestais e *experts* engajados nos governos revolucionários criaram parques em locais críticos para restaurar florestas ao redor da capital nacional e para proteger mananciais e paisagens nativas. Os camponeses continuavam a cultivar as terras dos parques e produziam madeira, carvão vegetal e resinas. Como a revolução mexicana tinha como lema “terra para quem trabalha nela”, não teria sentido retirar os moradores das áreas dos parques. O tênue equilíbrio entre o reconhecimento do valor “moral” dos pequenos produtores (cuja atividade nem sempre era economicamente rentável) e a construção de um Estado revolucionário que respeitasse

limites ecológicos provou, na visão da autora, ser um episódio de antevisão governamental.

Os parques formavam, segundo Wakild, santuários, mas que complementavam a estratégia econômica de aumento de produção. Ao mesmo tempo, colaboravam no objetivo político maior de manter a população rural no campo. O modelo norte-americano de parques que excluía habitantes foi redesenhado para acomodar os camponeses, a base social da revolução. Não havia, à época, outras categorias de espaços protegidos. Por isso, os parques mexicanos produziram resultados diferentes dos parques de outros lugares. O mero estudo dessa tentativa singular mexicana de combinar revolução social com áreas ambientalmente protegidas faz deste livro de Wakild um livro que se destaca na literatura sobre parques nacionais no plano mundial.

Para ilustrar essas peculiaridades, Wakild estuda quatro parques - Zempoala, Popo e Izta, La Malinche e Tepoztlán. Eles permitem a interseção entre argumentos favoráveis à conservação e cinco pontos essenciais para a revolução: ciência, educação, produtividade, propriedade e tradição. A autora buscou demonstrar que pode haver compatibilidade entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, se concessões e restrições forem aplicados cuidadosamente a ambos. Todavia, como apenas um parque foi estudado para comprovar a tese da autora em relação a cada um desses cinco pontos (a ciência foi a única dimensão estudada nos outros quatro parques), entendo que a autora não construiu uma fundamentação para generalizar as suas conclusões para aqueles 40 parques mexicanos.

O primeiro capítulo trata da “ciência”. Mostra que organizações científicas ajudaram a formar um consenso sobre a importância das florestas para o bem-estar nacional. Essas organizações absorveram e reformularam ideias estrangeiras, por meio de textos, congressos e estudos no exterior. A profissionalização dos engenheiros florestais ampliou o controle governamental sobre a gestão de recursos naturais, com foco no centro geográfico do país, a sua região mais degradada e a que mais se liga à identidade nacional.

Programas de proteção e recuperação florestal surgiram na gestão do presidente Porfírio Díaz (anterior à revolução). Os cientistas, que formavam uma elite, estudavam as florestas com atenção. Perceberam que as condições de vida nas cidades, em especial na Cidade do México, decaíam com a eliminação das florestas. A ciência florestal da época de Díaz levou algum tempo para se unir às aspirações revolucionárias, apesar de a maior parte projetos de mudança explicitar as preocupações do governo revolucionário com os recursos naturais.

Em 1926, a Sociedade Florestal, uma organização científica civil, declarou formalmente que as florestas geravam benefícios, evitando inundações, conservando solos e regulando o clima. Por isso, elas não deveriam ser substituídas por cultivos, mas aproveitadas economicamente, de forma racional. Baseada nessa plataforma, a Sociedade Florestal engajou-se ativamente nas políticas de conservação.



A subida ao poder de Lázaro Cardenas (que governou o México entre 1934 e 1940) criou uma atmosfera favorável à proteção das florestas, pois ele transformou a causa florestal na questão central de sua administração. Ao final do seu governo, quase metade das terras cultiváveis e 20% das florestas de todo o país tinham sido transferidas para as comunidades locais e viraram propriedade comunal. A reforma agrária e a criação de parques nacionais, expõe a autora, derivaram da transformação da destinação legal das terras e se basearam na tradição cultural de propriedades comunais (*ejidos*) e no desejo revolucionário de forjar um patrimônio cultural comum.

Os cardenistas não visavam criar apenas propriedades comunais. Reconheciam também a necessidade de propriedades públicas e privadas. Os parques, segundo Wakild, eram exemplo de propriedade pública que servia não apenas para conservação, mas também para amenizar tensões sociais em torno da propriedade de terras. Contudo, no capítulo que trata especificamente de propriedade, a autora se contradiz, ao demonstrar que o parque estudado, e talvez os demais, admitiam propriedades privadas em seus limites.

Não havia, segundo Wakild, regras para a criação de parques, mas alguns padrões se manifestaram, incluindo a preferência por áreas cobertas por florestas de pinheiros, carvalhos e abetos, paisagens históricas, e áreas pequenas. Muitos parques recompensavam os habitantes locais por preservarem as florestas e a paisagem, com recursos obtidos da cobrança pela visitação e da atração de investimentos produtivos. Isso me parece ser uma das origens do conceito contemporâneo de pagamento por serviços ambientais, embora a autora não faça esta conexão.

O capítulo 2 trata do papel dos parques na promoção da educação. Para tanto, a autora analisa o parque de Lagoas de Zempoala, como exemplo de planejamento, desenvolvimento turístico e programas recreativos. Acrescenta a autora que o governo federal fez dos parques instrumentos estratégicos de mudança social. Residentes de áreas urbanas foram alvos de campanhas educacionais dedicadas a mudar a sua visão sobre a natureza. A população do entorno do Zempoala se beneficiou do parque e, muitas vezes, formava a mão de obra barata usada na sua limpeza, retirando galhos caídos, para uso como lenha.

A população também participava do debate sobre as atividades apropriadas para o parque, o que contribuiu para o processo democrático de formação do Estado revolucionário. Desde o início, os gestores do parque de Zempoala tentaram alternativas (em geral ligadas ao turismo) para que os residentes reduzissem o seu uso extrativista das florestas. Os cardenistas queriam combinar desenvolvimento local com turismo, que consideravam como um mecanismo cientificamente responsável e socialmente justo para conservar a natureza e respeitar os camponeses - e o turismo cresceu muito. Apesar de não terem previsto os impactos negativos do turismo, essa nova fonte de renda reduziu a devastação florestal. Mais uma vez, o texto aborda estratégias de conservação utilizadas hoje em diferentes países, inclusive no Brasil.

A criação de viveiros de mudas de árvores foi estimulada nos municípios, nas escolas, nos *ejidos* e nas propriedades privadas, pois as árvores assumiram um significado cultural que ligava a nação à natureza. Na visão revolucionária, os viveiros contribuíam para a educação pública, como escolas práticas, além de estimularem o plantio de árvores por todo o país. Zempoala destacou-se neste particular. Os camponeses também eram encorajados a plantar árvores e a produzir mudas em suas propriedades. Era uma forma complementar de tornar as suas propriedades produtivas, para escapar da radical reforma agrária promovida nas décadas seguintes à revolução. Zempoala, portanto, segundo a autora, alcançou efetividade como parque revolucionário.

O capítulo 3 trata da produtividade, usando como exemplo o primeiro parque nacional mexicano, Popo e Izta, criado para preservar a área de dois vulcões e os seus arredores florestados. Ele permitiu que o governo federal mediasse conflitos entre camponeses e industriais e aumentasse a supervisão sobre as atividades deles. Esse parque, narra Wakild, criou uma ponte entre variadas aspirações multiétnicas e atividades produtivas diversificadas.

A atividade mais rentável nas cercanias do parque Popo e Izta dependia das florestas de coníferas. Elas geravam madeira, lenha, carvão, celulose e resinas, e alimentavam atividades industriais e semi-industriais (como fabricação de papel e carvão vegetal), em combinação com o turismo e a visitação. As diferentes escalas de consumo, tecnologia e técnica envolviam dinâmicas de relações entre agricultura, floresta, produção industrial e determinadas identidades de cidadãos urbanos e rurais. Essas atividades não foram proibidas no parque e no seu entorno porque os cientistas florestais enxergavam a indústria florestal como legítima e necessária para atender à demanda dos consumidores. Cada uma dessas atividades empregava um espectro diferenciado de pessoas – camponeses, trabalhadores urbanos e trabalhadores industriais. O comércio de lenha era abastecido com madeira morta colhida dentro do parque. A sua coleta, feita pelos locais, ajudava a limpar as florestas de materiais inflamáveis (galhos caídos, árvores mortas).

A questão posta pela autora é o grau em que os parques nacionais auxiliaram na conservação das florestas. Segundo ela, embora Popo e Izta detenha atualmente um dos maiores fragmentos florestais contínuos do país, isso não se deve necessariamente ao parque. De toda forma, a autora acrescenta que os vulcões Popo e Izta são tradicionalmente reverenciados pelos mexicanos e que essa importância cultural foi a razão principal de criação do parque. Embora este seja outro exemplo de parque que atendeu aos seus objetivos, a generalização do seu sucesso não foi comprovada, como admite a própria autora, o que prejudica a sustentação da sua tese da importância dos primeiros 40 parques na solução do dilema entre conservação e produção.

No capítulo 4, a autora trata da questão da propriedade e usa o exemplo de um parque que ela mesmo afirma que não deu certo: La Malinche. Ele virou o parque cardenista mais controverso, porque a sua criação envolveu uma disputa antiga sobre redistribuição de terras. Os residentes eram contrários aos parques por

causa de disputas territoriais, da insatisfação com regulamentos federais e da falta de alternativas econômicas adequadas. Mais do que a rejeição ao programa de parques, as objeções a Malinche revelam, segundo a autora, uma importante faceta das negociações locais e extra locais sobre o uso dos recursos e preservação ambiental. A presença de propriedades privadas no parque foi permitida, mas os proprietários deveriam se submeter aos seus regulamentos. Entretanto, um decreto de 1937 proibiu a distribuição de florestas para *ejidos* dentro dos limites do parque. Assim, embora a propriedade das terras tenha continuado com a comunidade de Zitlaltepec, o seu uso da floresta foi interdito. Mas, isso foi ignorado e a floresta continuou a ser explorada, com base nos argumentos de que não existia alternativa econômica e de que os fazendeiros vizinhos detinham todos os recursos naturais valiosos. Os conflitos em La Malinche se deram, portanto, em torno de um único problema: a exploração produtiva da floresta.

O insucesso de La Malinche, ao contrário do que ocorreu em outros parques, deu-se porque os cientistas não conseguiram prover alternativas tangíveis aos residentes, nem satisfazer as demandas que competiam entre si, o que gerou controvérsias. Mais uma vez, acredito, a avaliação da autora ficou prejudicada, pois o exemplo de apenas um parque mal sucedido não é suficiente para inferir algo sobre o sucesso ou o fracasso dos demais parques mexicanos no que tange aos conflitos fundiários e ao uso dos recursos. Se o problema tiver atingido apenas a La Malinche, é insignificante. Caso contrário, e a depender do número de parques afetados por esses conflitos, a questão pode ser mais ou menos significativa e implicar em uma maior ou menor efetividade de todo o sistema.

O último capítulo trata da tradição e traz como exemplo o Parque Nacional de Tepoztlán. O parque abarca uma pirâmide azteca que havia sido desenterrada recentemente, um convento centenário e uma vasta floresta. Bastava apenas um desses três atributos para chamar a atenção do Departamento Florestal, mas o fato de os três ocorrerem num mesmo local, próximo da capital nacional, fez dele o sonho de todos os planejadores de parques.

Tepoztlán transformou-se em um símbolo físico do país, um parque que solidificava a unidade do patrimônio cultural e natural: montanhas, florestas, relíquias pré-colombianas e vila. Como a revolução havia, em teoria, abolido o catolicismo, o que gerou uma reação contra-revolucionária, a instituição do parque estendeu o sagrado da igreja colonial ao templo azteca e às florestas, combinando história e mundo natural com religião, num espaço denominado nacional. Ao que parece, esse foi o único parque que uniu tradição e conservação, o que, de novo, impõe cuidados quando se pretende argumentar o sucesso generalizado dos parques.

A autora conclui afirmando que a visão mexicana simultaneamente conservacionista e revolucionária - valorizando coníferas e abetos, lagos e rios, vulcões e montanhas, pirâmides e vilas - emergiu num momento particular, que não mais atende aos requisitos de conservação em âmbito internacional. Apesar de a importância das florestas na regulação climática e prevenção de erosão ter servido como justificativa para a criação dos primeiros parques mexicanos, os ci-

entistas florestais da época não compreendiam a biodiversidade, a interação entre espécies e outros princípios que atualmente definem a localização e o manejo das áreas protegidas. Ao contrário, o contexto social que permitiu a criação desses parques ao redor da capital mexicana combinou planejamento florestal, objetivos sociais e busca por justiça social.

A herança institucional e as tradições de um país, afirma a autora, são vitais para a efetividade da conservação. Algumas lições podem ser aprendidas com os sucessos e os fracassos das experiências mexicanas de conservação. Primeiro, as opiniões, desejos e atividades das populações locais devem ser consideradas quando do planejamento da conservação. Os residentes devem ser ouvidos, o que não significa que tenham a última palavra ou a autoridade suprema sobre as decisões, que devem ser tomadas pelo governo. Em segundo lugar, diz a autora que a relutância do governo mexicano em praticar ações mais autoritárias conduziu à deterioração os parques. Terceiro, os parques encontram ressonância quando integrados a um contexto de políticas sociais. Quarto, os conservacionistas não podem assumir que certas sociedades sejam incapazes de planejar a conservação em razão de questões políticas ou mesmo revolucionárias. Quinto, os conservacionistas devem lembrar que, na maior parte dos casos, os promotores de parques e as populações locais estão do mesmo lado, ameaçados por forças políticas e econômicas que apoiam projetos de conversão dos ecossistemas em larga escala e empurram a natureza selvagem e as populações tradicionais para os últimos refúgios de terras ainda não ocupadas e não devastadas.

O livro de Wakild pode ser recomendado para os estudiosos da história comparada das políticas ambientais, em particular as políticas de criação de áreas protegidas. Apesar das várias tentativas – em geral não bem sucedidas - da autora de generalizar fatos e processos pertinentes às áreas protegidas do próprio México, a leitura do texto pode, entre outras coisas, auxiliar na compreensão das circunstâncias em que foram criados os primeiros parques nacionais brasileiros e em outros países.

